



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**HELEN SANTOS PINTO**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE NA  
PERSPECTIVA DA LEI 10.639/2003: UM OLHAR SOBRE AS  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

São Francisco do Conde

2018

**HELEN SANTOS PINTO**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE NA  
PERSPECTIVA DA LEI 10.639/2003: UM OLHAR SOBRE AS  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro

São Francisco do Conde

2018

**HELEN SANTOS PINTO**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE NA  
PERSPECTIVA DA LEI 10.639/2003: UM OLHAR SOBRE AS  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 25 de Outubro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Cristina Teodoro (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Profa. Dra. Mighian Danae Ferreira Nunes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Profa. Dra. Erica Aparecida Kawakami Mattioli**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1.1.PROBLEMA DA PESQUISA .....</b>	<b>8</b>
<b>2.JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>9</b>
<b>3. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2. Relações étnico-raciais em espaços de Educação Infantil .....</b>	<b>16</b>
<b>4. OBJETIVOS .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>20</b>
<b>4.2- OBJETIVOS ESPECIFICOS .....</b>	<b>20</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>6.CRONOGRAMA .....</b>	<b>24</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>25</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação infantil no Brasil ao longo de sua história tem passado por inúmeras mudanças tanto em relação aos seus significados quanto às suas diversas regulamentações. Entre retrocessos, avanços e desafios, a mesma deixou de ser um espaço para deixar crianças, enquanto suas mães trabalhavam, tornando-se reconhecida em 1988, com a promulgação da constituição federal, como um direito social de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade. No entanto, foi somente em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tornou-se a primeira etapa da educação básica.

O papel fundamental da educação infantil com traz Trinidad (2012, p.128) é “possibilitar o desenvolvimento humano e social de todas as crianças”, ainda, de acordo com suas diretrizes a mesma tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Desta forma, a educação infantil passa a ter uma dupla função não somente de educar, mas, também, como uma política de apoio familiar e ao trabalho, ou seja, não somente promovendo o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade, mas, promovendo igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para homens e mulheres.

Quanto ao desenvolvimento da criança a educação infantil é de grande importância pois é nessa fase que a criança começa a desenvolver suas capacidades, de forma mais efetiva, de relacionamento interpessoal e de inserção social, além, como dito, de estarem em um processo de formação e construção de sua identidade. A mesma, normalmente, é o espaço inicial onde as crianças, coletivamente, têm seus primeiros contatos e relações sociais, fora do seu âmbito familiar. Encontrando, assim, com uma pluralidade, social, cultural, racial e fenotípica.

Nesse sentido, acredita-se que a criança, por meio de diferentes linguagens, necessita ser educada de maneira adequada, visando o não comprometimento de

sua formação. Concretamente, a Educação Infantil é responsável pelo desenvolvimento infantil, sob este aspecto Trinidad (2012, p.120) ressalta a necessidade de uma educação de qualidade que contemple as dimensões educativa, social e cultural. Além de cuidar do bem-estar da criança, desde sua higiene até de seu emocional, considerando que educar e cuidar são dimensões inseparáveis e fundamentais para o pleno desenvolvimento e realização do ser humano.

No que diz respeito às diversidades e as relações étnico-raciais, após muitos debates, as Diretrizes curriculares nacionais de Educação infantil (BRASIL, 2010, p. 21) trouxeram como proposta: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;”.

No Brasil os estudos sobre as relações raciais tiveram início nos anos 50 por meio do projeto sobre relações étnico-raciais desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “para investigar a existência ou não de conflitos e desigualdades baseados na raça.” (DIAS, 2015, p. 41). No entanto, em 2003 com a homologação da Lei 10.639, sancionada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, tudo indica que as relações étnico-raciais vêm ganhando novas formas de tratamento na área da educação, com o desenvolvimento de propostas pedagógicas que tendem a contribuir para a valorização das diversidades étnico-raciais.

Embora a lei 10.639/2003 no artigo 26-A, inciso 1º, pressupõe a obrigatoriedade do “estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a participação dos negros nas áreas social, econômica e política da História do Brasil”, os avanços em relação a abordagem nas instituições escolares sobre essas temáticas ainda são tímidas, especificamente na Educação Infantil. Trabalhar a lei 10.639/2003 em instituições de Educação Infantil é fundamental para a constituição da identidade de crianças, particularmente, de crianças negras, já que, sendo assim é possível criar oportunidade para desmitificar

traços culturais dicotômicos que enquanto categorias discursiva identitárias alimentam embates como bom e mal, belo e feio, certo e errado, negro e branco, propagando, assim, uma ideia de identidade baseada na negação e na depreciação do “outro”.

Diante da importância da educação infantil para o desenvolvimento e a construção da identidade da criança, como também, para o enfrentamento às relações de poder, de desigualdade, de subalternização e de inferiorização que foram e continuam sendo constituídas nas relações sociais do contexto brasileiro, Dias argumenta que

[..]não é possível ignorar que as relações afetivas e psíquicas que são constituídas no espaço social brasileiro de negação e afirmação do racismo trazem, o tempo todo, sérias consequências para o pleno desenvolvimento das crianças, desde muito cedo, e indica a necessidade urgente de políticas públicas que invistam na educação para a igualdade racial. (2015, p.38)

Por meio de pesquisas voltadas as relações étnico-raciais em espaços de Educação Infantil que, desde à década de 1990, tem sido possível observar, o racismo existente nas práticas escolares muitas vezes invisível e silenciado, onde atitudes de cunho racista é passado, na maioria, das vezes despercebido pelos educadores como argumenta Cavalleiro (2010), também, o desejo de crianças negras na pré-escola possuem características de pessoas brancas como traz Trinidad (2011), e Rosemberg (1997,1999 apud TRINIDAD,2011 p.49) que apresenta as condições de atendimento destinado às crianças brancas e às negras nas escolas de educação infantil, demonstrando que educadores possuem um maior afeto por crianças de pele branca, enquanto crianças negras, acabam sendo excluídas. Essas produções teóricas são extremamente importantes na compreensão das relações e desigualdades que afetam o ambiente educacional, fomentando a necessidade de promoção e o reconhecimento dos diversos grupos étnico-raciais presentes na educação infantil, com o objetivo de uma educação mais igualitária.

No entanto, apesar do tema sobre as políticas públicas para a promoção da igualdade racial ter aumentado e ganhado espaço nos últimos anos nas políticas nacionais e em produções acadêmicas, quando se pensa em inserção da cultura

africana e afro-brasileira nos currículos e práticas pedagógicas em escolas de Educação Infantil, o resultado é outro.

Tendo em vista a carência de produções teóricas voltadas para a inserção da Lei 10.639/03 nos currículos escolares e o desenvolvimento práticas pedagógicas de educação infantil voltadas para a promoção da igualdade racial, que o presente trabalho buscará analisar a importância do desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a história e a cultura africana e afro-brasileira tendo em vista o processo histórico de subalternização e exclusão do negro e seus saberes, sobretudo nas escolas, onde o negro, na maioria das vezes, se torna invisível, fazendo-se presente, em muitas das vezes, somente como forma de folclorização, exotismo e negação.

Sendo assim, considera-se que é imprescindível que propostas e práticas pedagógicas, sejam efetivadas nas instituições de educação infantil, visando educar as crianças e eliminados qualquer forma de preconceito existente e adquirido por elas em seus ambientes familiares e nas relações sociais. Além disso, a aplicação da Lei 10.639/03 por instituições de Educação Infantil e em práticas pedagógicas, propiciará uma formação cidadã e emancipatória.

### **1.1. PROBLEMA DA PESQUISA**

Como exposto anteriormente as DCNEI (2010) traz o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileira, bem como o combate ao racismo e a discriminação, como importantes implementações nas práticas pedagógicas da educação infantil, na perspectiva de promover uma educação igualitária. No entanto, de acordo com pesquisas realizadas na seara da Educação Infantil, as relações étnico-raciais, na maioria das vezes, são conflituosas e, em muitos casos, não são abordadas no ambiente adequadamente, transformando esses espaços como um reprodutor do racismo não apenas por parte das crianças, mas também, dos educadores.

Diante das diretrizes pedagógicas propostas tanto pelas DCNEI(2010), quanto pela PNEI (1994), referente as relações étnico-raciais e diversidade no contexto da educação infantil , tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a aplicação de

leis e propostas educacionais no Brasil, não somente por não contemplar uma educação das relações étnico-raciais na formação inicial e continuada dos educadores, mas também pela falta de acesso a materiais pedagógicos, as más condições de trabalho, ou simplesmente por falta de interesse do educador, que é possível tecer a seguinte pergunta problematizadora:

Em que medida e como são desenvolvidas práticas pedagógicas promotoras de igualdade étnico-racial, do reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, em instituições de Educação Infantil?

## **2. JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema do presente trabalho teve início após o ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, localizada no Recôncavo Baiano, na Cidade de São Francisco do Conde e, conseqüentemente, após a escolha do curso de pedagogia como terminalidade, na mesma universidade. A Universidade da Integração e Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem como um de seus objetivos a integração do Brasil com os países de língua portuguesa, particularmente, os países africanos, visando assim, estreitar as relações entre o Brasil e a África e, principalmente, valorizar a cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para uma descolonização do saber e para a construção de uma identidade negra, positivada.

Após a minha inserção na UNILAB, comecei uma construção de identidade enquanto mulher negra, algo que até então era invisível aos meus olhos, por conta do processo da invisibilização do negro nos espaços escolares e na sociedade como um todo. Eu função da nossa cultura ser baseada na construção eurocêntrica, onde o negro é inferiorizado e, em contrapartida, o branco é valorizado, tido como superior. Além disso, também por conta dos discursos hegemônicos sobre a universalização de um padrão de beleza ocidental e, ainda, com a ênfase dada a construção de uma imagem negativa do negro e de seus saberes perante a sociedade. Sendo assim, fui me tornando, a cada dia, mais distantes das minhas raízes culturais e ancestrais, e, conseqüentemente, das lutas diante das desigualdades raciais existentes na sociedade.

Como futura educadora infantil, tomei ciência sobre a importância de se trabalhar a temática das relações étnico-raciais. A temática está contida nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, esta, orientado que é necessário levar em conta a diversidade social e cultural das populações infantis, nos currículos escolares. No entanto, frente as muitas dificuldades para o desenvolvimento dessa temática junto às crianças, reforçou e influenciou na escolha do meu tema de pesquisa. Segundo estudos realizados sobre relações étnico-raciais e Educação Infantil, essa ainda é uma temática muito recente em produções teóricas e de pesquisas. Nesse sentido, o presente projeto e pesquisa futuramente, contribuirá com o campo teórico em questão e, ainda, possibilitará que práticas pedagógicas voltadas para a perspectiva da lei 10.639/03, com o objetivo de valorizar a história e a cultura africana e afro-Brasileira em instituições de educação infantil, sejam desenvolvidas, particularmente, na cidade de São Francisco do Conde.

No que se refere a escolha pela cidade de São Francisco do Conde, inicialmente por ser onde ocorre o meu percurso acadêmico, além de ser uma cidade que guarda um grande patrimônio do Brasil Colonial, é a cidade com o maior índice populacional autodeclarada negra no Brasil. São Francisco do Conde é uma das primeiras povoações coloniais da América portuguesa, estabelecida na segunda metade do século XVI no âmbito dos esforços da Coroa de assegurar o controle do território no entorno da Baía de Todos os Santos, em cuja margem leste havia sido fundada a capital do Governo-Geral em 1549, tanto diante da resistência indígena quanto da concorrência de outros países europeus. Da mesma época datam as povoações de Cairu e Jaguaripe, que compartilham com São Francisco do Conde sua posição de força militar, a cavaleiro sobre o mar, na boca de estuários que controlavam o acesso, por barco, ao interior do território.

A cidade de São Francisco do Conde faz parte do Recôncavo Baiano, lugar que foi palco de lutas entre índios, negros e portugueses. Essa diversidade de grupos étnico-raciais foi responsável pela constituição da população da cidade de São Francisco do Conde e isso se reflete tanto na arquitetura, quanto na culinária e nas diferentes heranças culturais. De acordo com, o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no presente ano, São Francisco do Conde possui

uma população estimada de 39.338, sendo que 90% da população se autodeclara negra.

Em relação às instituições de Educação Infantil, São Francisco do Conde possui, atualmente, um total de 26 escolas de ensino pré-escolar, 24 de rede municipal e duas de rede privada, segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda, segundo dados do IBGE e da Secretaria de Educação de São Francisco do Conde (SEDUC), o município promove, fomenta e apoia iniciativas culturais específicas no campo da diversidade cultural nas escolas de educação infantil, também, desenvolve programas e projetos voltados para cultura africana e, ainda, disponibiliza cursos de formação continuada para educadores e gestores de instituições pré-escolares para debater novas possibilidades de práticas pedagógicas. Porém, nesses documentos, são apresentadas as dificuldades, por parte dos docentes, para o desenvolvimento de tais temáticas e a realização de práticas pedagógicas em salas de aula, e ainda, a inserção da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Diante desses dados e considerando que São Francisco do Conde é uma das cidades do recôncavo da Bahia com o maior índice de pessoas autodeclaradas negras que o projeto em questão, se torna de extremamente relevância, já que, visa compreender quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas públicas de educação infantil do município, ou seja, entender como os/as professores/as trabalham com a temática das relações étnico raciais com as crianças pequenas, em espaços infantis.

Também, levando em conta que os anos iniciais da vida do indivíduo são essenciais para a construção da identidade e do aprendizado humano e que tais aprendizados impactam a etapa de vida adulta, que acredito ser importante observar, nos espaços infantis, como seus/as educadores/as tratam as relações étnico-raciais e quais práticas pedagógicas são realizadas no cotidiano escolar, tendo como perspectiva os conteúdos orientados pela lei 10.639/03, visando proporcionar às crianças o reconhecimento da cultura afro-brasileira e africana, o

respeito pelas diversidades étnico-raciais e a valorização da identidade da criança negra, em particular.

Os resultados do presente projeto, bem como com o desenvolvimento da pesquisa contribuirá para uma maior visibilidade das escolas de educação infantil da rede pública do município, podendo, assim, serem melhores notadas pelas secretarias de educação e de gestão escolar, considerando as muitas e diferentes necessidades que tais espaços têm. Quiçá, o poder público poderá realizar investimentos em materiais pedagógicos voltados as culturas africanas e afro-brasileiras nessas escolas, além de efetivamente desenvolverem ações específicas para a Educação Infantil, na perspectiva da lei 10639/03.

Ademais, o desenvolvimento deste projeto contribuirá para a inserção, nos currículos da Educação Infantil, de temáticas voltadas à diversidade étnico-racial e ao respeito ao outro e, também, possibilitará que as rotinas nas instituições escolares de educação infantil sejam frutíferas, no mesmo sentido. Por fim, e não menos importante, a presente proposta poderá estimular a formulação de processos de formação continuada de educadores, no intuito de aprenderem e aprenderem a trabalhar com as questões étnico-raciais em sala de aula, aprimorando, assim, suas práticas pedagógicas, resultando em uma educação igualitária e promotora de uma nova visão sobre cultura e história da maior parte das crianças pequenas, inseridas nos espaços escolares infantis do município.

### **3. REVISÃO DA LITERATURA**

#### **3.1. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**

A educação infantil no Brasil passou por inúmeras mudanças tanto nas regulamentações quanto em seus significados, já que esses são construídos socialmente, podendo ocorrer mudanças de acordo com a época, a cultura, a sociedade e suas ideias e teorias. De acordo com estudiosos sobre a questão, até o século XVII as crianças não eram vistas a partir de suas particularidades, sendo que as concepções em relação às mesmas se modificou a partir do século XVIII, deixando de serem vistas como indivíduos sem importância e quase imperceptível, passando a ocupar um maior destaque na sociedade, ou seja, a criança ganha uma

nova forma de ser “olhada”. A partir de então, a infância passa a ocupar lugar um na sociedade e confere à criança direitos. No Brasil, a partir da década de 1920, período marcado mais enfaticamente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e da necessidade de ter um espaço para deixar as crianças, que movimentos de mulheres se organizaram em prol da luta por creches, e a criança começa a ter certa notoriedade.

Para compreender, as primeiras creches que surgiram eram comunitárias, iniciadas por mulheres de classes populares que cuidavam de várias crianças para que suas mães pudessem trabalhar, no início, eram de caráter filantrópico ou sustentada pelos próprios usuários, o que resultava, muitas das vezes, em péssimas condições de higiene e no despreparo das pessoas que cuidavam das crianças. Somente a partir da década de 1950 que ocorreu maior presença do poder público e certa preocupação com a educação das crianças e as condições higiênicas nas quais elas se encontravam e eram cuidadas, surge, então, as primeiras regulamentações ao atendimento das crianças em escolas de educação infantil. Na década de 70, segundo Santos (2012), houve uma alteração na forma como era compreendida a educação ocorrida na instituições de atendimento à criança que passa de caráter assistencialista para um caráter compensatório, ou seja, um atendimento que deveria ter como objetivo sanar as carências que afetavam as crianças pobres, tendo, assim, como principal objetivo, a promoção de oportunidades educacionais de caráter social para as crianças de baixa renda. Para Santos,

Na realidade, estes programas de educação compensatória têm como pressuposto de que a família não consegue dar às crianças condições para seu bom desempenho na escola. Assim, as crianças são chamadas de carentes culturalmente, já que se parte do princípio que lhes faltam determinados requisitos básicos que lhes garantam o sucesso na escola. (SANTOS,2012, p.12)

Foi na década de 1980 que se iniciam as principais alterações e conquistas na área da Educação Infantil. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve o reconhecimento da educação como direito da criança, uma opção da família e um dever do estado.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 1988, p. 95).

No entanto, foi em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que a criança tem seus direitos reconhecidos por meio da " lei nº 8.069/90 que considera que a criança é um sujeito de direitos, como ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de gostar, direito de conhecer, direito de opinar e de sonhar" (SANTOS,2012, p.13). Em 1996, com a aprovação da Lei Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica, ofertando vagas a crianças de 0 a 6 anos de idade, e assegurando o seu desenvolvimento integral. A mesma deixa, então, de ser vinculada à secretaria de assistência social e passa a integrar a política nacional da educação do MEC.

Art. 29°. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30°. A educação infantil será oferecida em: I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 2017, p. 22).

Em 2010 houve a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) que tem por objetivo estabelecer orientações para serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil, ou seja, as instituições de educação infantil devem funcionar de acordo as leis e normas educacionais, vigentes nesse documento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.11),

(...)articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

Em relação ao papel do educador/a de Educação Infantil, tem-se a função de educar e cuidar, de forma integrada da criança na faixa de zero a seis anos de idade, além, disso é necessário desenvolver uma prática pedagógica apropriada aos interesses da criança, com domínio de conhecimentos científicos básicos tanto quanto de conhecimentos necessários para o trabalho com a criança, como, por

exemplo, saúde, higiene, psicologia, linguagem, e das múltiplas formas de expressão humana.

Ainda, é importante que o professor/a de Educação Infantil desenvolva uma atuação que seja promotora da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, no sentido de lhes garantir o direito à infância. Para que isso ocorra, é necessário que o espaço proporcione às elas, situações onde possam manifestar suas emoções, priorizando relações afetivas entre criança/criança e criança/professor, numa lógica de respeito às diferenças. Já que, conforme perspectiva sócio-interacionista, a criança vai adquirindo valores, conceitos e significados de acordo com suas relações sociais vivenciadas ao longo de seu desenvolvimento. Por isso, contribuindo com a argumentação, segundo Santos,

Ao profissional de educação infantil cabe proporcionar um espaço que contemple momentos de afetividade, de alegria, para que a escola seja a extensão da sua casa, do seu ambiente familiar. Podemos considerar que a educação infantil tem como princípio básico o cuidar e educar de forma articulada de modo a complementar a educação da família, num papel político e social com características e especificidades próprias no desenvolvimento do trabalho junto à criança pequena. (2012, p.15)

Cabe ao profissional de educação infantil, nesse sentido, saber lidar com as crianças em diversas situações, já que, elas aprendem não apenas com o que é dito, mas, sobretudo, com o que veem, com a coerência entre as ações e o discurso dos professores. Assim, quando apresentamos modelos pautados no diálogo, na cooperação, na solidariedade, esses serão repetidos e valorizados pela criança. Os professores devem criar espaços de aprendizagem nos quais os conflitos possam se manifestar de forma sadia e equilibrada.

Considerando o exposto que é possível compreender que é a partir da sua prática pedagógica, os educadores de Educação Infantil podem fazer a diferença. Por meio das rotinas, atividades que estimulem, transformem e contribuam para o desenvolvimento infantil tanto nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social. Já que, de acordo com a autora citada (2004) práticas pedagógicas são atividades planejadas com o intuito de possibilitar as relações e processos sociais da sociedade

(...) é importante considerar a prática pedagógica como parte de um processo social e de uma prática social maior. Ela envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o “educativo”. (SOUZA, 2004, p.02)

Ainda, as escolas são socialmente as instituições mais eficazes de conversão social, pois fornece legitimidade às desigualdades sociais, ou seja, apesar do discurso e ideologia “libertadores”, são reprodutores das desigualdades sociais existentes, por meio das práticas e currículos pedagógicos, aplicados em sala de aula. “O mundo escolar e nele as práticas pedagógicas está imbuído das relações sociais que marcam a sociedade brasileira, a exemplo da exclusão, desigualdade social e relações de poder e de alienação”. (SOUZA, 2004, p.15)

Sob essa perspectiva, compreende-se a necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, educando e cuidando de forma indissociável, resultando, entre outros aspectos, na construção da identidade e na conquista da autonomia, por parte das crianças. Dentre as práticas pedagógicas inovadoras Machado (1999) apresenta a importância de os professores de educação infantil, terem suas práticas baseadas em uma concepção sócio-interacionista. Nessa perspectiva, segundo pesquisas realizadas, as crianças são capazes de desenvolver raciocínios lógicos e de manifestar relações complexas mesmo antes da fala. Por isso, é fundamental que na organização da prática pedagógica, o educador inclua elementos novos por meio de atividades, brincadeiras e cuidados que favoreçam o desenvolvimento, a autonomia e a construção da identidade das crianças, na perspectiva de uma pedagogia das interações.

Considerando a temática étnico-racial em espaços de Educação Infantil: o que as pesquisas têm a dizer?

### **3.2. Relações étnico-raciais em espaços de Educação Infantil**

Conforme demonstrado, a institucionalização da Educação Infantil, no Brasil, como responsabilidade do Ministério da Educação, resulta da década de 1990. Em relação as pesquisas, considerando o recorte racial nestes recintos, são ainda mais recentes. Os primeiros trabalhos ocorreram na década de 1990, onde destaca-se

aquele desenvolvidos por Godoy (1996 apud TRINIDAD, 2011, p.43-44) que publicou a pesquisa, *A representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso a luz da teoria piagetiana*, onde pesquisou crianças de cinco e seis anos de idade com o objetivo tanto compreender como as crianças negras representavam sua etnia quanto o papel que o contexto escolar desempenhava nessa representação e na construção de uma visão positiva sobre o negro na sociedade. Segundo Trinidad,

Entre os resultados alcançados por Godoy, dois pareceram ser fundamentais. Em primeiro lugar o fato de que o grupo de crianças não demonstrou preferências entre seus pares durante as brincadeiras. Em segundo, o de que as crianças negras, aos cinco anos, em diferentes situações, apresentam autoestima, autoconceito e autoimagem negativos. (TRINIDAD, 2011, p.44)

Entre 1996 e 1998, cabe destacar as pesquisas desenvolvidas por Dias (1996) e Cavalleiro (1998). Em ambos os estudos, as autoras encontram resultados que permitem concluir que crianças entre cinco e seis anos, já possuem uma imagem negativa de si e que aquelas de pele negra, são as que mais sofrem preconceito e discriminação. Na pesquisa de Cavalleiro (1998,2010), ela relata que a partir de experiências vivenciadas no cotidiano com crianças de quatro a seis anos de idade, pode se perceber que as crianças negras já apresentavam uma identidade e que haviam situações de racismo relacionado às crianças negras na qual os professores não se manifestavam a respeito, onde esse silêncio dos professores acabava reforçando a legitimidade dessas atitudes preconceituosas, facilitando novas ocorrências. Dessa forma revelando um sentimento de superioridade em crianças brancas, que acabam por ter atitudes preconceituosas em relação á crianças de pele negra, atribuindo um caráter negativo a cor da pele.

Com um campo sobre a formação de professores, Camila Saraiva (2009 apud DIAS; BENTO, p.15) buscou investigar como profissionais de educação infantil davam continuidade ao trabalho após um processo de formação na qual aborda-se a diversidade étnico-racial e como era a sua prática com as crianças. Foi realizada a pesquisa com duas professoras e uma gestora da educação infantil e concluiu-se que após a formação as profissionais não colocaram o conteúdo aprendido em

prática. Já o trabalho de Trinidad (2011), realizado com 33 crianças com idades entre quatro e cinco anos, demonstra o desejo, por parte das negras, de possui características físicas relacionadas às pessoas brancas. Esses são somente alguns exemplos de ricas e importantes pesquisas qualitativas sobre relações étnico-raciais em espaços de Educação Infantil e que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovem a igualdade racial.

A partir do exposto, considerando o contexto da Lei 10.639/2003, é necessário questionar: Qual tem sido o papel e as práticas pedagógicas desenvolvidas?

Como é sabido, a lei 10.639 entrou em vigor no dia 09 e janeiro de 2003, após lutas e embates do movimento negro brasileiro, foi sancionada no Governo do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acrescentando os artigos 26-A, 79-A e 79-B, sendo que os artigos 26-A e 79-A foram vetados, alterando a Lei Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares, e a inserção da comemoração do dia 20 de novembro como o Dia da consciência negra, no calendário escolar, a lei tem como objetivo a valorização e o respeito da cultura africana e afro-brasileira, buscando a diminuição do racismo, discriminação.

A Lei 10.639/03 trata-se de uma medida reparatória e de inclusão com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os futuros cidadãos capazes de respeitar os direitos legais e a valorização da identidade cultural brasileira e africana, visando fazer um resgate histórico para que pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e sua própria história, contribuindo, assim, para a diminuição do racismo no Brasil e uma autoafirmação identitária.

Enquanto a educação voltada para as relações étnico-raciais tem como objetivo promover o reconhecimento e valorização dos diversos grupos étnicos que forma a sociedade brasileira, dentre esses grupos, temos a população negra como o mais marginalizado e subalternizado, historicamente. Sendo assim, a educação para as relações étnico-raciais tem como perspectiva a escola como um espaço

fundamental para a construção de uma sociedade de iguais, orientada pelo respeito ao outro, por uma prática pedagógica fundamentada no combate ao racismo e a discriminação.

Analisando a seara da Educação Infantil, como mencionado, é de extrema importância, considerando que atende crianças que estão em uma etapa da vida em que estão em processo de construção de suas identidades e personalidades, adquirindo valores e significados através das relações vivenciadas tanto no seu âmbito familiar, quanto nas relações externas, sendo a pré-escola normalmente um dos primeiros contatos dessas crianças com uma diversidade racial, diferentes fenótipos, religiões, culturas.

Quando a criança adentra o espaço de educação infantil, traz consigo experiências ricas aprendidas com seus familiares e a comunidade em que vive. Entretanto, é nesse espaço que passa a conviver com outras crianças e adultos até então desconhecidos. Por meio das interações construídas em seu cotidiano, são aprendidas novas situações que, necessariamente, passam a fazer parte de sua vida. Esse aprendizado deve ser por via de uma educação de qualidade que contemple várias dimensões da vida: a educativa, a social e a cultural. (TRINIDAD, 2012 p.120)

Por conta dessas novas vivências com uma pluralidade até então desconhecidas as crianças, podem ficar propícias a conflitos, inconformidades, atitudes racistas e preconceituosas. GAUDIO (2015, p.384) com base em sua pesquisa sobre as relações étnico raciais no âmbito da educação infantil diz que crianças negras vivenciam em seus cotidianos, relações intersubjetivas com as demais crianças, e, enfrentam práticas racistas e estereotipadas sobre o seu próprio grupo social, e que também os professores acabam reproduzindo, em suas práticas e cotidiano pedagógicos, o reflexo de uma sociedade racista e discriminatória, muitas vezes tendo um maior cuidado, afeto e atenção com um grupo étnico e excluindo outros.

Por meio dos resultados, é possível afirmar que existem situações em que as crianças são tratadas de formas diferenciadas, sobretudo a criança negra, o que afeta a constituição de uma identidade e reforça na criança branca sentimento de superioridade. (DIAS, 2015, p.53)

Diante disso, compreende-se que é imprescindível que as orientações contidas na partir na lei 10639/03 faça parte do currículo e das práticas pedagógicas da Educação Infantil, uma vez que cabe ao espaço educar e cuidar do bem estar da criança, oportunizando experiências pautadas no respeito por si e pelo outro, também buscando trazer uma imagem positiva das culturas afro-brasileiras e africanas que foram excluídas e inferiorizadas, ao longo da história do Brasil. Assim, será possível desenvolver novas identidades e atitudes tanto em crianças brancas quanto em crianças negras.

É necessário a reformulação da práticas pedagógicas nos espaços de educação infantil cumprindo não somente os quesitos cuidar e educar impostas nas diretrizes da educação infantil, mas, outros aspectos, como aquele defendidos por GAUDIO (2015, p.392) quando menciona que é importante uma educação pedagógica que questione as "verdades universais", repensando os espaços escolares, reconhecendo e valorizando as diferenças étnico-raciais e que pensem uma nova pedagogia que questione e analise criticamente todas as formas de opressões e padrões de poder sofridas, viabilizando, assim, novas maneiras de ser, viver e saber que não sejam aquelas impostas historicamente, e que não só compreendam as diferenças com igualdade, dignidade, equidade e respeito, mas que, buscam criar outras formas de pensar, ser, estar, aprender e ensinar.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. OBJETIVO GERAL**

- ✓ Analisar práticas pedagógicas em espaços de Educação Infantil, visando compreender o tratamento destinado à história e a cultura africana e afro-brasileira.

### **4.2- OBJETIVOS ESPECIFICOS**

- ✓ Analisar a proposta pedagógica de instituição de Educação Infantil do São Francisco do Conde;

- ✓ Identificar se, e como as orientações preconizadas pelas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, encontram-se presentes no fazer docente de professores/as de Educação Infantil;
- ✓ Verificar se na rotina da educação infantil, são realizadas ações voltadas à valorização e respeito a cultura africana e afro-brasileira;
- ✓ Compreender como os educadores trabalham as questões étnico-raciais na rotina da Educação Infantil.

## 5. METODOLOGIA

Segundo Gil (apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 17) a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para dar respostas a esses problemas é necessário seguir etapas pré-estabelecidas, dentre os quais a metodologia, que na perspectiva de Fonseca citado por Silveira e Córdova “é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo”. Buscando concretiza os objetivos da pesquisa, será utilizado a abordagem de pesquisa qualitativa este que, segundo (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 31): se preocupa com “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Com a pesquisa qualitativa busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (susitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32). As características da pesquisa qualitativa são:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao

caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

Sendo assim, primeiramente, será realizado um levantamento bibliográfico desenvolvida de textos publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, para a busca e maior direcionamento ao assunto tratado, visando melhor aprofundamento da temática proposta. Em seguida, será selecionado a escola para a realização da pesquisa e, a partir daí, apresentado o projeto de pesquisa, para, posteriormente, ser levantado e analisado os currículos implementados. O objetivo é verificar se nele contém conteúdo voltados à história e a cultura africana e afro-brasileira, ou seja, valores culturais que possibilitem uma igualdade étnico-racial, reconhecimento e valorização dos diversos grupos étnicos, e que contribuam para afirmação identitária das crianças, especificamente crianças negras.

A pesquisa de campo de acordo com Fonseca (apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37) “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto as pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)

Deste modo será realizado uma pesquisa de campo de caráter etnográfico em uma escola pública de Educação infantil, com o objetivo de observar, como os educadores lidam com as questões étnico-raciais em sala de aula, e quais práticas pedagógicas são aplicadas na rotina escolar que abordem questões raciais e que promovam o reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira. Sobre a pesquisa etnográfica Silveira e Córdova (2009, p.41) se referi como “ estudo de um grupo ou povo”, e entre suas características específicas temos: “O uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documento; A interação entre pesquisador e objeto pesquisado; A não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; A coleta dos dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório, entre outros...”.

Com professores/as especificamente, serão realizadas - entrevistas semiestruturadas, afim de obter a perspectiva destes em relação ao currículo escolares e, identificar qual é a visão deles/as sobre o que seria uma educação étnico-racial, e quais as dificuldades enfrentadas para a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a temática, na rotina escolar. A opção por fazer entrevista com professores/a é que por meio delas, serão obtidas bases necessárias para uma maior compreensão do tema proposto. A entrevista será direcionada para o contexto - a partir do currículo e da prática docente, tendo como entrevistados/as os professores/as da instituição.

A opção por utilizar a técnica de entrevista, é que segundo Richardson (2012, p.208) a mesma se desenrola a partir de perguntas pré-formuladas, isto é, feitas antes da entrevista, esse tipo de técnica possibilita maior liberdade para o/a entrevistado/a para ao responder. Permitindo maior exploração das respostas em relação aos tópicos que serão utilizados, para a pesquisa.

## 6. CRONOGRAMA

ANOS/ETAPAS	2019		2020		2021	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Reelaboração do projeto	x	X				
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X		
Apresentação do projeto reelaborado	X					
Organização do roteiro/partes		X	X	X		
Coleta de dados			X	X	X	
Análise dos dados				X	X	
Redação do trabalho				X	X	X
Revisão e redação final				X	X	X
Entrega da monografia						X
Defesa da monografia						X

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>> Acesso em: 01 set. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. dezembro de 2006. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 01 set. 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010. Não paginada.
- CAVALEIRO, Eliane dos Santos. **Do silencio do lar ao silencio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 240 fls. Programa de pós-graduação, Mestrado em educação, Universidade de São Paulo, 1998.
- DIAS, Lucimar Rosa; BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Educação Infantil e Relações Raciais: Conquistas de Desafios**. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/EDUCA%25C3%2587%25C3%2583O%2520INFANTIL%2520E%2520RELA%25C3%2587%25C3%2595ES%2520RACIAIS%2520-%2520Maria%2520Aparecida%2520Bento%2520e%2520Lucimar%2520Dias.pdf&ved=2ahUKEwiw\\_MHQ4JPeAhWGfZAKHaxRCclQFjAAegQIARAB&usq=AOvVaw2kZXBQ5jM4azA0l81wl4tr](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/EDUCA%25C3%2587%25C3%2583O%2520INFANTIL%2520E%2520RELA%25C3%2587%25C3%2595ES%2520RACIAIS%2520-%2520Maria%2520Aparecida%2520Bento%2520e%2520Lucimar%2520Dias.pdf&ved=2ahUKEwiw_MHQ4JPeAhWGfZAKHaxRCclQFjAAegQIARAB&usq=AOvVaw2kZXBQ5jM4azA0l81wl4tr)> Acesso em: 10 de set. de 2018.
- DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas Públicas Voltadas Para as Diversidades; A igualdade racial na educação infantil- um caminho a ser percorrido**. 24 fls. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.2, dez.2015
- GAUDIO. Eduarda Souza. **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS CABELOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: olhar sobre a perspectiva das crianças**. Revista Eventos Pedagógicos Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil v. 6, n. 4 (17. ed.), número regular, p. 384-395, nov./dez. 2015.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/>> acesso em: 20 de setembro de 2018.
- MACHADO, Maria Lucia de A. **Criança pequena, educação infantil e formação de profissionais**. Perspectiva. Florianópolis, v.17, n. Especial, p. 8S - 98 jul. / dez. 1999.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bas es\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas es_1ed.pdf)> Acesso em: 01 set. 2018.

Política Nacional de Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI,1994. 48 p.

Prefeitura de São Francisco do Conde. Disponível em:<<https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação infantil e relações sociais: a tensão entre igualdade e diversidade**. In: Cadernos de Pesquisa, v.44, n.153, jul./set. 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações sociais**. In: Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos jurídicos, políticos e conceituais / Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. – São Paulo: Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades– CEERT, 2012.

SANTOS, Jislaine C. Oliveira. **A Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil: Um Olhar para as Rotinas**. 39 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina. 2012.

SOARES, Ângela da Silva. Concepção De Infância E Educação Infantil. **Pedagogia ao pé da letra**, 2012. Disponível em:< <https://pedagogiaaopedaletra.com/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-2/>> Acesso em: 05 de out. de 2018.

SOUZA, Maria Antonia de. **Pratica Pedagogica: Conceito, Caracteristticas e inquietações**. 07 fls. Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. 2004.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. Doutorado em educação. Universidade Católica de São Paulo. 2011